CONTEXTO PASTORAL

Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 8
Maio / junho
de 1992

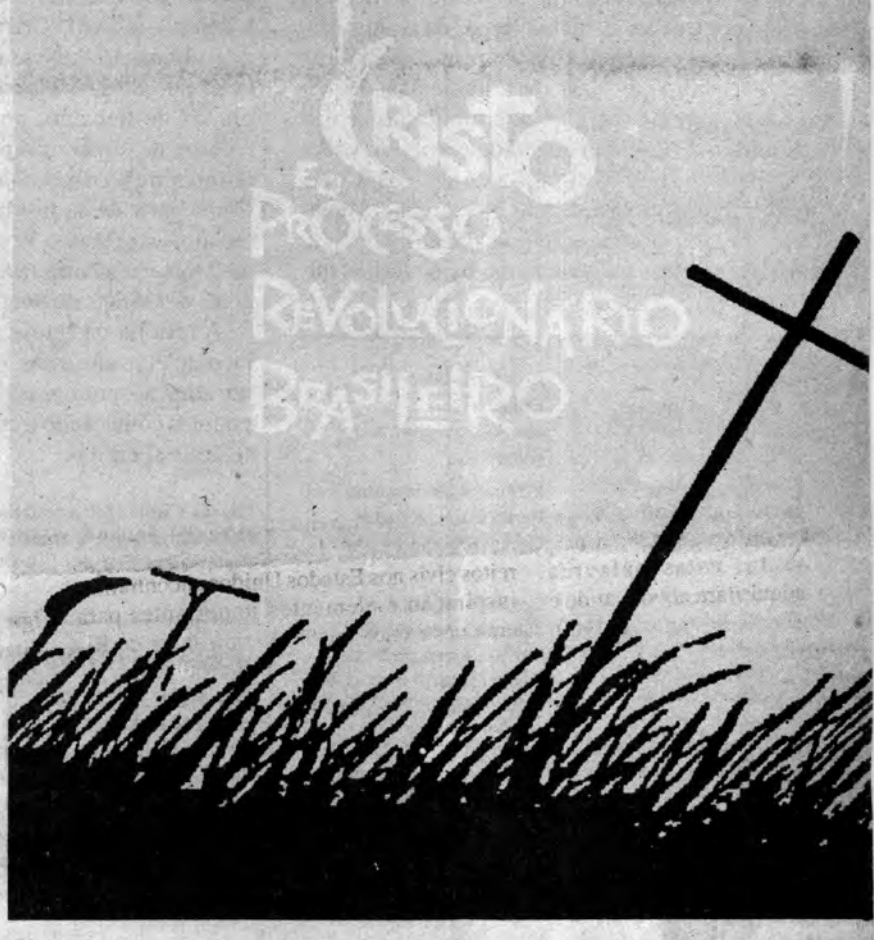
Debate

Conferência do Nordeste: 30 anos

QUEM É EVANGÉLICO NO BRASIL?
Trazer à tona a história da Confederação Evangélica do Brasil leva a uma reflexão básica: como denominar hoje os herdeiros da Reforma liderada por Martinho Lutero? Protestantes? Evangélicos? Crentes? Evangelicais? Antonio Gouveia de Mendonça aborda a questão nas páginas 3 a 6.

TRÊS DÉCADAS DE CONFERÊNCIA DO NORDESTE
A relevância da Confederação Evangélica do Brasil para as igrejas e para o País, e as duras conseqüências de sua "extinção" são abordadas por José Bittencourt Filho numa análise que levanta questões sobre o futuro do protestantismo brasileiro (páginas 17 a 20).

A MEMÓRIA ESTÁ VIVA
Em diversas páginas deste suplemento estão testemunhos e depoimentos de protagonistas da história da Conferência do Nordeste e da Confederação Evangélica do Brasil. Gente apaixonada pela unidade que vê, no resgate da memória, esperança de tempos melhores para as igrejas no Brasil.



A CONFERÊNCIA DO NORDESTE: UM APERITIVO

Carlos Cunha

Os estudos (bases bíblicas) sobre a responsabilidade social da Igreja emergiram do Primeiro Mundo e vieram empolgar este nosso Terceiro, na década de 1950. Aqui, entre nós, se identificaram com um conceito quase escandaloso para a época — revolução. Surgiram num pequeno arroio (1955), fizeram-se regato (1957), depois um rio enfeitado de cachoeiras (1960) e desaguaram num caudal quase pororoca (1962) pela confluência com uma vertente dos movimentos sociais do País, antes da marcha a ré que foi o golpe militar. Na última etapa chamou-se Conferência do Nordeste e vinha desfraldado numa bandeira que tinha por lema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro".

Pela primeira vez as igrejas, de expressão, evangélicas (Ler A. Mendonça) se aventuravam a escutar as vozes de cientistas sociais e de lideranças populares não-evangélicas, na "cratera de um vulcão" (expressão da época) que era o Nordeste brasileiro.

Não podíamos mais ler e ouvir especialistas a escreverem a história da Igreja no Continente, sem informações sobre o hiato, quase duas décadas, em que uma perseguição e repressão diabólicas tentaram reduzir dezenas de testemunhos daqueles "que passaram pela grande tribulação" e não sucumbiram. Também incomodava ouvir vozes de alguns "ilustres" da Igreja e da sociedade que, embora tivessem participado plenamente daqueles momentos gloriosos de nossa história, vieram após, nas agruras daquela malta de governos militares, repetir, à maneira de Pedro: "Não tenho nada com isso". Tinham. Os nomes deles serão proclamados *ad perpetuam rei memoriam*. E de outros, cujas confissões reservadas engendraram o aparente caos fortalecedor de suas próprias benesses. Não sabiam que a história lhes daria um bofetão. E as atitudes como as de um editor que depois forjaria uma devassa na Confederação Evangélica a fim de apreender as publicações que editara para "livrar a cara" na reviravolta do movimento político-militar.

Decidimos por este Suplemento que é, ao mesmo tempo, introdução e *trailer*. Introdução nos temas que discutem conceitos, como "evangélico", as tentativas de busca da unidade desde Erasmo Braga até à Associação Evangélica do Brasil (AEvB). Porém, discussões e estudos em torno da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), das próprias experiências que desaguaram em Recife, de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL) ficam mais para *trailer*.

Trata-se de uma espécie de aperitivo-convite ao presente que, neste 1992, vamos oferecer aos leitores — o livro "Cristo e o processo revolucionário brasileiro". Nele estão reunidos documentos, opúsculos, decisões e encaminhamentos de grupos de trabalho, proclamações, celebrações, recortes de jornais da época etc. das quatro conferências que culminaram com a do Nordeste. Como parte dessa história há um depoimento sobre um, entre tantos, Paulo Wright (ver box), mártir dessa vanguarda evangélica cujas asas os poderes ditatoriais quiseram cortar.

A história da Igreja no nosso Continente está incompleta sem essas páginas. Vá preparando o seu coração, porque as histórias dessa história nós estamos começando a contar. Por enquanto, sirva-se deste aperitivo.

Carlos Cunha foi secretário executivo da Conferência do Nordeste. Integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

RESGATANDO A MEMÓRIA

Os laços de Paulo Wright com o movimento ecumênico brasileiro nos anos 1950-1970 foram muito fortes. Resgatar sua memória é fazer presente o testemunho deste homem que, apesar de ser lembrado por muitos grupos, não tem destacada sua atuação como evangélico, sua opção pelo Reino de Deus, sua militância em prol da unidade dos cristãos.

DEBATE
Suplemento do jornal **Contexto Pastoral** nº 8
maio / junho de 1992

Publicação do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais — Cebep (Rua Rosa de Gusmão, 543 – 13073 – Campinas/SP – Tel e fax: 0192-41-1459) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – Cedi (Rua Santo Amaro, 129 – 22211 – Rio de Janeiro/RJ – Tel. 021-224-6713 e fax: 021-242-8847).

Neste número:
Editora
Magali do Nascimento Cunha

Editores-assistentes
Paulo Roberto Salles Garcia (Mtb 18.841) e Carlos Cunha

Conselho Editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e Impressão
Tribuna da Imprensa

Tiragem
11 mil exemplares

QUEM É EVANGÉLICO NO BRASIL?

Antonio G. Mendonça

A Reforma Religiosa do século XVI apresentou um tríplice e fatal deslocamento das tradições do cristianismo medieval que, se de um lado representou grande avanço na objetivação de um dos mais caros traços da modernidade, isto é, a liberdade, do outro expôs boa parte do cristianismo aos riscos de contínuo divisionismo. De fato, a fatal liberdade repousou sobre três pontos fundamentais da Reforma: a autoridade da Palavra de Deus sobre toda e qualquer outra autoridade; o sacerdócio universal dos crentes; e a salvação pela fé em Jesus Cristo. No primeiro caso, demoliu-se o que se chama fonte de autoridade: a Tradição e a Igreja como instâncias únicas e finais da interpretação dos textos sagrados. A Bíblia agora interpreta-se a si mesma e exerce sua autoridade sobre os cristãos; mas, como isto não se dá na prática, cada leitor, exegeta ou teólogo, passou a dar livremente sua própria interpretação. No segundo caso, retirou-se do clero sacerdotal a prerrogativa de administrar com exclusividade as coisas sagradas instalando-se no seu lugar uma nova classe, a dos leigos. No terceiro, o espaço da salvação deslocou-se da Igreja para o indivíduo, seja por livre arbítrio, seja por decisão divina.

Não é difícil de se perceber que os princípios da Reforma deslocaram, em nome da liberdade, a fonte de autoridade de Tradição, da Igreja e do clero sacerdotal para o indivíduo. Sem discutir o que isso representou na história do mundo ocidental, cujo balanço já foi feito de todos os modos, ora com lucros, ora com perdas, resta um fato indiscutível e reconhecido por todos, mesmo pelos próprios herdeiros da Reforma: aqueles três princípios de liberdade, foram também fatores de fragmentação. As três grandes vertentes da Reforma, em si já dividida, portanto, traziam por sua vez os germes das divisões futuras.

Das três vertentes, a anglicana, a luterana e a calvinista, esta estava contaminada em grau mais elevado. Embora não seja importante aprofundar as razões do potencial divisionista presente nessas três vertentes, é curioso notar que a calvinista é a que apresenta, juntamente com algumas correntes anteriores ou paralelas à Reforma, a menor concentração de autoridade visível, pois que o anglicanismo possui no seu episcopado histórico e na figura do rei algo fortemente centralizador e o luteranismo tem seu baluarte numa espécie de perene germanismo cultural. Em suma, o maior ou menor potencial de fragmentação dos herdeiros da Reforma reside paradoxalmente no maior ou menor resíduo de fonte de autoridade visível que ainda lhe reste.

QUEM É MESMO PROTESTANTE?

Embora seja comum a referência aos herdeiros da Reforma como protestantes, não há uma Igreja Protestante, mas diferentes ramos do chamado protestantismo, isto é, anglicanos, luteranos, reformados e as chamadas igrejas "livres" (batistas e congregacionais, por exemplo). A designação de protestantes, se é usada univocamente por quem observa de fora, é equívoca para os de dentro, pois que anglicanos e batistas, por exemplo, em geral não aceitam identificar-se como protestantes. O nome "protestante" originou-se em seguida à Dieta de Spira (1529), quando os príncipes luteranos "protestaram" formalmente contra as tendências contrárias à liberdade religiosa estabelecida pela primeira dieta (1526). Assim, por motivos históricos, o nome "protestante" deveria caber somente aos luteranos. No entanto, a própria história conduziu as coisas por caminhos diferentes.

Agência Folhas

A oposição ao catolicismo ainda é forte marca dos evangélicos

QUEM É MESMO EVANGÉLICO?

O nome "evangélico" também tem sua história. Na segunda metade do século XVIII a Igreja da Inglaterra, influenciada, de um lado, pelo movimento metodista e, de outro, pela nostalgia da tradição da "Santa Igreja Católica", dividiu-se em duas alas: uma chamada dos "evangélicos", voltada para o cristianismo em ação através da criação de organismos interdenominacionais, a fim de propagar o Evangelho; e outra, conhecida por "movimento de Oxford", "tratarianismo", ou mais propriamente, por "puseísmo" (de Edward Bouverie Pusey — 1800-1882), que preconizava a reaproximação da Igreja Católica e mesmo a volta a ela.

O movimento evangélico se espalhou, principalmente como reação às dificuldades que o divisionismo impunha às sociedades interdenominacionais (missionárias, bíblicas, etc) e pelo receio ao avanço do catolicismo no século XIX. O movimento, através das Alianças Evangélicas, atingiu logo países europeus e a América do Norte. As Alianças Evangélicas adotavam princípios doutrinários considerados como a essência do Evangelho e que, subscritas por pessoas e não por igrejas ou instituições, caracterizavam um movimento ao mesmo tempo de reforço às "fontes evangélicas" e de entendimento entre as várias facções do protestantismo. Curiosamente, e só de passagem, os desdobramentos do movimento evangélico serviram de base, ao mesmo tempo, para o movimento ecumênico e o movimento conservador/fundamentalista, seu futuro inimigo. Coisas da história.

Assim, por rigor histórico, evangélicos devem ou deveriam ser somente os adeptos dessa tradição ou corrente que se originou no século XVIII e que se espalhou através das Alianças e que se caracterizam pelo espírito conservador como ainda ocorre na Europa e nos Estados Unidos. *Evangelicals* significa conservador e adversário de tudo quanto cheire a liberalismo, modernismo e ecumenismo. Identifica uma ala muito forte do protestantismo atual e está presente em todas as denominações, abrangendo, às vezes, denominações inteiras.

E NO BRASIL?

No Brasil, o movimento evangélico entrou e ficou para fazer confusão. O Brasil, mais do que qualquer outro país da América Latina, tem sido o destino final de todos os sistemas de idéias religiosas alinhavadas noutro lugar. Aqui, descosturam-se, misturam-se e dão origem a esse caos protestante que dificulta, para não dizer impossibilita, qualquer tentativa de identificação ou classificação.

A trajetória do "movimento evangélico" no Brasil começou em São Paulo, em julho de 1903, com a fundação da Aliança Evangélica Brasileira, cujos constituintes, membros de várias denominações, subscreveram um documento de dez artigos considerados essenciais à fé evangélica (Ver Reily, História Documental do Protestantismo no Brasil, pp.245/246), ficando clara a intenção de que não se tratava de nenhum credo formal ou eclesiástico. O interdenominacionalismo, para não dizer o ecumenismo, da Aliança Evangélica Brasileira ficou evidente pelas presenças de um metodista como seu presidente e de um batista como secretário.

O espírito e a intenção do "unionismo" evangélico incorporou-se mais tarde na fundação da Confederação Evangélica do Brasil, que pretendia representar todos os cristãos não-católicos brasileiros. Não conseguiu porque o "espírito evangélico" só abrigava indivíduos e nada tinha a ver com as barreiras denominacionalistas. Os líderes da nascente organização logo perceberam o impasse ao ponto de Epaminondas Melo Amaral, seu primeiro secretário, ter escrito mais tarde um livro que encarava o divisionismo como o "magno problema" do protestantismo (*Magno Problema*, 1960). Mas, apesar de todas as diferenças existentes entre as denominações e entre seus membros, estava consagrado o nome de evangélico para todos os cristãos não-católicos no Brasil. No entanto, mais uma vez a história pregava uma peça: Se a Confederação Evangélica do Brasil nascia ge-

Douglas Mansur

Bíblia: a grande autoridade

neralizando e consagrando o movimento evangélico, seus principais mentores e fundadores, Erasmo Braga e Epaminondas Melo Amaral, pouco tinham de "evangelicais"; ao contrário, sustentavam espírito aberto e ecumênico.

BUSCANDO A IDENTIDADE NA HISTÓRIA

No entanto, para que haja alguma luz na compreensão da busca da identidade dos cristãos não-católicos no Brasil, é necessário mais uma vez recorrer à história. A Aliança Evangélica foi fundada em Londres, em 1846, e nos Estados Unidos em 1867, resultantes do movimento que vinha do século anterior. O evangelicalismo ganha corpo concomitantemente aos grandes movimentos de avivamento ocorridos na Inglaterra e nos Estados Unidos na última metade do século XVIII e na primeira do século XIX. Tanto um como outro desses movimentos apresentam traços que somados podem ajudar a traçar o perfil do futuro protestantismo brasileiro.

As Alianças Evangélicas tinham um fundo teológico básico considerado substancial para a união de todos os "crentes evangélicos" e nele salientam-se os artigos sete e oito dos princípios da Aliança Evangélica Brasileira. O primeiro afirma a fé na "obra do Espírito Santo na conversão e santificação do pecador", e o segundo a fé na "imortalidade da alma, na ressurreição do corpo, no julgamento do mundo por nosso Senhor Jesus Cristo, com a bem-aventurança eterna dos justos e a punição eterna dos maus". Temos aí a afirmação do princípio da conversão e santificação, ponto central dos movimentos de avivamento, assim como da fé no julgamento do mundo com a bem-aventurança eterna, dos justos e a punição, também eterna dos ímpios que traz consigo a crença no Milênio. Alia-se a isso o uso do termo "ordenanças" em lugar de sacramentos quando, no artigo nove, se refere ao batismo e Santa Ceia. Tudo isso está presente nos movimentos de avivamento. Mas há, ainda, no movimento evangélico um componente que não deve ser esquecido. Na busca da fé evangélica essencial, necessária à união substancial de todos os protestantes, estava a preocupação com a fraqueza do mundo protestante fragmentado diante da coesão e do avanço do catolicismo no século XIX, enfraquecido que estava no século anterior por causa do Iluminismo. A fundação de Alianças Evangélicas tinha como objetivo formar uma linha única para enfrentar o catolicismo.

A combinação dos elementos acima permite traçar um perfil do protestantismo que se introduziu no Brasil no século XIX: um protestantismo "evangelical" sob o ponto de vista da teologia e anticatólico sob o aspecto da estratégia. Por isso, é compreensível a evolução desse protestantismo para o fundamentalismo mais radical, denominacionalista e antiecumênico. A ênfase em doutrinas fechadas que não admitem críticas favorece o estreitamento denominacional ao mesmo tempo que induz aos anátemas e cisões, o que somado ao anticatolicismo, produz o antiecumenismo intransigente. Mais uma vez a história nos prega uma peça. O movimento evangélico tinha como objetivo a união substancial dos protestantes e acabou sendo mais um instrumento de esfacelamento.

Temos muitos elementos para acreditar que a maioria dos missionários que vieram para o Brasil procediam do universo espiritual dos avivamentos e do evangelicalismo. Esses missionários, ao desembarcar no Brasil, encontraram um universo religioso muito diferente dos seus. Era necessário identificar os recém-convertidos com um nome novo e esse nome foi "crente em nosso Senhor Jesus Cristo", ou simplesmente "crente". Ora, esse nome trazia toda a carga conversionista enfatizada pelos movimentos de avivamento que assinalavam a experiência religiosa como linha demarcatória na vida dos convertidos. A um passado de incredulidade e desobediência sucedia-se um presente de crença e obediência. Os que passavam pela experiência da conversão eram agora crentes.

Os sermões e outros documentos dos missionários, mas principalmente os cânticos religiosos

O Brasil, mais do que qualquer outro país da América Latina, tem sido o destino final de todos os sistemas de idéias religiosas alinhavadas noutro lugar

que eles trouxeram, consagraram o nome de crente como identificador dos novos fiéis. Os convertidos eram identificados e se auto-identificavam como crentes. De fora o apelativo era muitas vezes carregado de preconceito e até de depreciação, mas de dentro era cheio de brio e de responsabilidade. Os crentes, embora compondo um grupo sociologicamente marginal, eram respeitados pelo seu amor à paz, à ordem e ao trabalho. Assim, o nome de crente trazia consigo um compromisso transparente de ser diferente perante a sociedade tradicional.

Mas, os missionários eram também evangélicos e esse espírito foi evoluindo no interior do protestantismo brasileiro, principalmente após o Congresso do Panamá, em 1916, quando o Comitê de Cooperação evoluiu para a Confederação Evangélica do Brasil, em 1934. Havia um intenso desejo de cooperação entre as denominações mui-

to próprio do movimento evangélico. Outra vez, no entanto, a história introduziu o seu paradoxo.

O movimento evangélico, expressamente individualista e não denominacional, começou a se transformar em denominações. Aos poucos as denominações foram adicionando aos seus nomes a palavra "evangélica". Em pouco tempo, as pessoas cristãs não-católicas passaram a identificar-se como evangélicas e do mesmo modo as igrejas. Com o passar do tempo, os católicos, que chamavam os convertidos à nova religião de protestantes ou crentes no sentido pejorativo, agora, com novos tempos, encontraram uma palavra que os identificava perfeitamente e que, ao mesmo tempo, não era pejorativa: são evangélicos e suas igrejas são evangélicas.

Era necessário identificar os recém-convertidos com um nome novo e esse nome foi "crente em nosso Senhor Jesus Cristo", ou simplesmente "crente"

CEDI

Com a Reforma Protestante, os leigos ganharam espaço

Entender como o movimento evangélico atingiu e passou a identificar as igrejas de origem missionária norte-americana não foi difícil. Agora, explicar como as igrejas luteranas no Brasil também assumiram o nome de evangélicos é outra história, talvez longa. Mas, podemos acompanhar alguns fatos que podem ajudar em alguma coisa, ficando o aprofundamento da questão para quem melhor entende a história do luteranismo. É certo, em primeiro lugar, que da Inglaterra o movimento evangélico passou logo para a Alemanha, ajudando ali a rejuvenescer um protestantismo também enfraquecido pelo Iluminismo. Uma primeira reação foi o surgimento de uma Igreja Evangélica Nacional, que incluía luteranos e reformados. É certo, também, que as levas de emigrantes para o Brasil continham luteranos e reformados, o que podia orientar, na organização das futuras comunidades, uma visão mais abrangente do que a denominacionalista. Por outro lado, como informa Martin Dreher (Igreja e Germanidade, 1984), foi fundada em 1837 a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Sul a fim de acompanhar os alemães emigrados, em suas necessidades religiosas. Não é necessário avançar muito para justificar a presença do nome "evangélico" nas igrejas luteranas brasileiras. Estas pistas históricas são suficientes.

Quanto ao nome "protestante" pouco resta dele para identificar os não-católicos no Brasil. Ninguém mais o usa, a não ser no sentido técnico por historiadores descomprometidos, cientistas sociais e, eventualmente, teólogos.

AFINAL, EM QUE FICAMOS?

Descartados os nomes de "protestante", restringido à área mais técnica, e de "crente", agora circunscrito aos pentecostais, que o assumiram plenamente enquanto que os protestantes históricos o evitam, resta o apelativo comum de "evangélicos" a todos os cristãos não-católicos brasileiros, aceito de dentro e de fora. Mas, considerada a origem histórica do termo, é necessário fazer uma distinção. O movimento evangélico traz consigo uma linha teológica e estratégica bem definida. Como, portanto, identificar todos os protestantes brasileiros como evangélicos? Embora as linhas do movimento se ajustem bem ao perfil da média dos protestantes brasileiros, existem muitos que, sendo evangélicos, não são "evangelicais". Daí, a necessidade que os expositores de protestantismo têm de introduzir o anglicismo "evangelical" para distinguir "evangélicos" de evangélicos. Aqueles, tipicamente conservadores, denominacionalistas, antiecumênicos, e até fundamentalistas, e estes soltos nas mais variadas correntes.

Para concluir poderíamos dizer que os protestantes brasileiros são evangélicos, mas que nem todos são "evangelicais".

Antonio G. Mendonça é presbiteriano. Coordena o curso de pós-graduação em Ciências da Religião do Programa Ecumênico de Pós-Graduação de Rudge Ramos (SP).

EM BUSCA DA UNIDADE VISÍVEL, EVANGÉLICOS SE ASSOCIAM

Magali do Nascimento Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia

A divisão dos evangélicos em denominações sempre carregou consigo o escândalo da separação. "Como testemunhar o mesmo Cristo sendo de grupos divididos?" foi a pergunta que fez muita gente pensar ao longo dos séculos sensibilizada com o apelo do próprio Jesus à unidade.

Por essa razão muitos evangélicos procuraram manter de alguma forma abertos os canais de diálogo e encontro. Daí surgiram os conselhos e associações de igrejas com o intuito de que a unidade visível levasse o mundo a crer em Jesus Cristo.

O VENTO SOPRA ONDE QUER

Os missionários que trouxeram o protestantismo para a América Latina no século passado foram muito avessos a práticas de unidade. Algumas associações surgiram num ou noutro país integrando grupos isoladamente: associações de jovens, de ministros, sociedades bíblicas.

No entanto, os ventos da unidade não cessaram de soprar por estas terras. Eles chegaram mais fortes vindos da Europa assolada pela guerra no início do século XX. Pelas bandas de lá as igrejas descobriam a necessidade de um testemunho de unidade visível num mundo dividido pela violência. Do lado de cá a queixa da discriminação contra os latino-americanos nas reuniões européias. O resultado foi o Congresso Evangélico do Panamá (1916).

PROFETA DA UNIDADE

O Congresso do Panamá fez do ano de 1916 uma época marcante para a história das igrejas evangélicas latino-americanas. Nos relatos sobre o evento números apontam 626 participantes que iniciaram um processo desencadeador de outros congressos como o de Lima e de Buenos Aires no mesmo ano. A intenção era a articulação dos evangélicos e uma reflexão sobre as práticas evangelísticas.

CMI / Peter Williams

Muitos cristãos têm-se sensibilizado com o apelo de unidade do próprio Cristo.

Nesse congresso o grande destaque esteve por conta da presença de Erasmo Braga, pastor presbiteriano nascido em São Paulo (1877). Ele traçou a história de sua vida navegando aos ventos da unidade, passando a ser conhecido como o *Profeta da Unidade.*

Um dos desdobramentos do Congresso do Panamá foi a criação do Comitê de Cooperação para a América Latina, com sede em Nova York (essa escolha é explicada pela força da presença dos missionários norte-americanos), como órgão propagador dos ideais do congresso. O Comitê instalou uma filial no Rio de Janeiro com o nome de Comissão Brasileira de Cooperação (CBC). O secretário foi Erasmo Braga.

A divisão dos evangélicos em denominações sempre carregou consigo o escândalo da separação

PRIMEIROS FRUTOS

A CBC começou a traçar as linhas do que seria uma associação de evangélicos com presença maciça na sociedade brasileira. A comissão era interdenominacional — trabalhava em conjunto com a Associação Cristã de Moços (ACM) e estabeleceu como tarefa mestra a prática educacional: buscar a unidade por meio da literatura evangélica.

Partindo desse princípio, a CBC traduziu um grande núme-

Erasmo Braga procurou despertar nas igrejas o interesse por programas que extrapolassem as fronteiras denominacionais

ro de livros, organizou a União das Escolas Dominicais (reunia-se trimestralmente e produzia publicações para as igrejas), editou a Revista Brasileira de Cultura Religiosa (indicava livros e outras publicações).

O trabalho em pouco tempo se expandiu. Da CBC saíam as diretrizes educacionais para todo o Brasil: bíblias traduzidas, livros, folhetos, lições de Escola Dominical, avisos. Foi organizado um fichário de endereços de cerca de quatrocentos ministros evangélicos bem como de informações sobre a localização de cada denominação.

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

Na CBC articulavam-se os esforços de cooperação não só no Brasil, mas na América do Sul, e dela saía também representação latino-americana para eventos mundiais.

Mas a CBC queria mais. Erasmo Braga, em sua peregrinação profética, visitou concílios das diferentes denominações e procurou despertar nelas o interesse por programas que extrapolassem as fronteiras denominacionais.

Daí brotaram convenções de clérigos e leigos, conselhos locais de igrejas, o Concerto Universal de Oração, congressos evangélicos, campanhas comunitárias de serviço social.

Vários outros movimentos que atuavam isoladamente dentro e fora das igrejas engajaram-se nos programas: Seminário Unido, retiros evangélicos, missões entre imigrantes, Serviço de Proteção aos Índios, Mackenzie College, União Congregacional Evangélica do Brasil, Hospital Evangélico, Associação Cristã Feminina, Sociedade Bíblica, Instituto do Povo, Departamento Nacional de Saúde Pública, Associação de Tutela de Menores, Federação Universitária, Missão entre os Índios, Instituto José Manoel da Conceição, Fundação Umuarama, Cruz Vermelha, Cruzada para Extinção da Febre Amarela, Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas.

A CBC prestava serviços estimulando o combate ao individualismo e ao exclusivismo, e passou a ter acesso aos meios oficiais brasileiros, desenvolvendo um serviço de imprensa que dava aos jornais informações seguras sobre a atuação dos evangélicos. Esse processo ge-

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BRASILEIRA: IDENTIDADE E MISSÃO

Osmar Ludovico da Silva

Com uma estrutura que busca ser leve e ágil, a AEvB se propõe, de fato, a ser uma *Associação*, isto é, um fórum inclusivo de todos os evangélicos brasileiros, e capaz de exercer um papel de informação e de referencial da unidade do Corpo de Cristo no Brasil. Uma associação que acolha pessoas físicas e jurídicas que se identifiquem com seus objetivos, e que se submetam aos seus padrões de ética pessoal e administrativa.

E também *Evangélica*, isto é, identificada com os pressupostos de nossa herança reformada, mas também com os avivamentos do século passado. Evangélica no compromisso com a evangelização do mundo, na seriedade da reflexão teológica, no profetismo que denuncia o mal, na intercessão por um genuíno avivamento nacional que redunde em transformação de pessoas e da sociedade e na busca por alívio e justiça aos que sofrem.

Finalmente *Brasileira*, isto é, nascida e encarnada na realidade nacional, buscando como uma das forças vivas da Nação a promoção da justiça e da paz, envolvendo-se concreta e historicamente com os destinos deste país.

Neste sentido, a AEvB é singular, pois nasceu a partir de uma caminhada, é essencialmente brasileira e visceralmente comprometida com a fé e a ética evangélica. A AEvB tem como objetivo exercer entre os diversos grupos evangélicos, bem como junto à nação brasileira um papel de informação e representação, sempre respeitando a diversidade denominacional e a autonomia de seus membros. Estruturalmente está representada por sua diretoria executiva, secretários estaduais e secretários dos diversos departamentos. Escolhidos democraticamente, seus diretores e secretários não podem se candidatar a mandatos políticos e tampouco pode a AEvB receber verbas do governo a fundo perdido.

Com a AEvB surgiu a oportunidade para que o importante segmento da igreja evangélica brasileira não identificado com a Confederação e nem com o movimento ecumênico possa se articular em torno de uma proposta de unidade visível. A AEvB, embora tenha a sua própria história e via de ação, mantém-se, no entanto, aberta ao diálogo com os demais grupos cristãos atuantes no Brasil.

Osmar Ludovico da Silva é pastor e 1º secretário da Associação Evangélica Brasileira (AEvB).

rou o Centro Brasileiro de Publicidade.

ESTREITANDO AINDA MAIS OS LAÇOS

Toda essa articulação e atividade passou a ser por demais expressiva. Erasmo Braga tentou ir ainda além. Ele empenhou-se a partir de 1926 no estabelecimento de contatos com os concílios das diversas igrejas para a formação de um conselho de igrejas. Esse esforço foi recompensado cinco anos depois com a criação da Federação das Igrejas Evangélicas no Brasil (1931).

Passam a existir então três órgãos de associação de evangélicos em prol da unidade cristã: a Comissão Brasileira de Cooperação (CBC), o Conselho de Educação Religiosa (novo nome da União das Escolas Dominicais) e a Federação das Igrejas Evangélicas no Brasil.

A partir daí uma nova idéia surgiu e foi conçretizada em 1934: integrar em um só órgão geral as três entidades. Foi criada a Confederação Evangélica do Brasil com os três órgãos de associação conjugados.

Erasmo Braga faleceu (maio de 1932) sem testemunhar a formação da Confederação Evangélica do Brasil, mas sem seus esforços ela não se teria concretizado e marcado presença na história das igrejas evangélicas e do País.

REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO EVANGÉLICA

A Confederação, seguindo a estratégia de trabalho que culminou na fundação, estruturou-se da seguinte forma: departamentos: Educação Cristã, Juventude, Ação Social, Imigração e Colonização; setores: Responsabilidade Social da Igreja, Capelanias, Administração; e o jornal *Unum Corpus*.

O setor de Responsabilidade Social da Igreja teve sua relevância por ter sido o organizador das quatro grandes conferências: *A responsabilidade social da Igreja* (1955), *A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil* (1957), *Presença da Igreja na evolução da nacionalidade* (1960) e a mais importante *Cristo e o processo revolucionário brasileiro* — a Conferência do Nordeste (1962).

As ênfases teológicas e sociais incluíam, além do campo da educação cristã, da representatividade dos evangélicos, de uma perspectiva ecumênica interdenominacional, debate profundo e inspiração à participação dos membros das igrejas evangélicas na vida social e política do Brasil.

SONHO, QUASE FRUSTRADO

Jether Pereira Ramalho

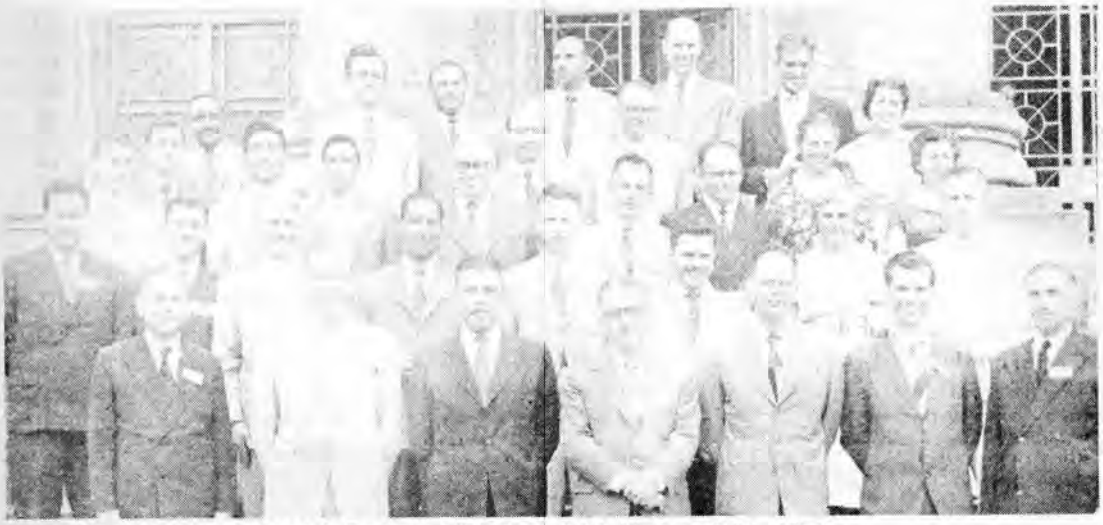
O ideal ecumênico sempre acompanhou e inspirou minha vida eclesial. Por mais significativos e respeitáveis que sejam os fundamentos identificadores dos diversos ramos do cristianismo, eles não são capazes de esgotar a proposta do Reino. Por natureza são limitativos e excludentes.

A minha atração pela proposta de unidade, representada pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que no seu contexto histórico era a mais abrangente, vem desde a infância, inspirada pelo meu pai, pastor congregacional formado pela primeira turma do Seminário Unido. Aliás, esse seminário que congregava diversas denominações evangélicas era sinal, muito concreto, da visão de unidade da presença protestante no Brasil. Infelizmente, não teve vida longa. As diferenças denominacionais destruíram tão edificante proposta.

O meu envolvimento com a CEB foi bastante longo, desde a época da mocidade. Participei dos congressos nacionais da mocidade evangélica e, durante anos, fui presidente do Departamento de Mocidade da Confederação. Atuei no Setor de Responsabilidade Social da Igreja, e fui um dos organizadores de diversas conferências desse setor. Em 1962-63 coordenei o Departamento de Ação Social, desenvolvendo extenso trabalho educativo e promocional, com sucursais em quase todos os estados do Brasil. Período de intensas atividades, cursos, publicações, seminários com as entidades de ação social das igrejas, relações com organizações sociais e movimentos populares, etc. Tive o privilégio de participar das notáveis Conferências de Responsabilidade Social da Igreja, destacando-se a célebre Conferência do Nordeste, em 1962, com o tema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro".

Com o golpe militar de 1964, a CEB entrou em crise profunda. As ênfases teológicas e sociais que nortearam suas atividades foram sufocadas. Houve censura interna e externa, o que provocou um esvaziamento da CEB de tal forma, tanto na sua legitimidade quanto na sua integridade, que a levou a um processo de estagnação. Assim desapareceu do cenário ecumênico nacional, por ter perdido significação e relevância, proposta que tinha todas as possibilidades de ser sinal vitalizante da marcha do ecumenismo no Brasil.

Jether Pereira Ramalho é congregacional e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.



II Reunião de Estudos do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da CEB – 1957

TEMPESTADE E NAUFRÁGIO

Se os anos de 1932 a 1964 foram marcados pela mobilização dos evangélicos comprometidos com a paz e a justiça, o que se viu em seguida significou a ruptura de um processo e o esfacelamento de um projeto que prometia grandes avanços na direção de uma igreja brasileira voltada para a dignidade de vida e garantia de direitos do seu povo — sinais concretos do Reino de Deus. Em março de 1964, com o golpe militar, foi instalado um regime de governo marcado por total obscurantismo, com autoritarismos, injustiças, perseguições e desaparecimentos.

O golpe veio como um furacão, varrendo todas as organizações e instituições consideradas "subversivas" e portadoras de pensamentos "comunistas". A Confederação Evangélica do Brasil, avançada que estava na discussão sobre os problemas sociais e políticos do País, não escapou da "caça às bruxas". O mais lamentável, no entanto, é que entre os "caçadores" estavam evangélicos e setores da Igreja Evangélica, certamente determinados a manter o "status

RECIFE, 1962

200 MIL DESEMPREGADOS, 70 MIL PROSTITUTAS

Waldo César

Recife não tinha nem 800 mil habitantes. Mas eram 200 mil os desempregados e 70 mil as prostitutas, a maioria meninas de 13 a 15 anos. Era o ano de 1962. Tempo de "reformas de base". Tempo de esperanças em um novo destino nacional. E também dois anos antes do golpe militar.

Nesse contexto, porém, cheios de certezas, nos reunimos. Tratava-se de conviver com a verdade dramática do Nordeste, sair do eixo Rio-São Paulo, oferecer às igrejas evangélicas uma experiência ecumênica voltada para a realidade social brasileira. Era a expressão culminante — e acabou sendo a última daquela época — de um processo novo na tradicional eclesiologia brasileira.

O começo foi em 1955, com a I Consulta Nacional e um tema não muito comum ao vocabulário da época: "A responsabilidade social da Igreja". Dois anos depois, tempo das metas de JK, falamos de "A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil". Em 60, "A presença da Igreja na evolução da nacionalidade". E em 62 a palavra Igreja é substituída. Agora o tema atinge a sociedade e repercute na imprensa secular, no rádio, na televisão: "Cristo e o processo revolucionário brasileiro".

A Conferência do Nordeste continua a dar teses e a despertar a curiosidade de estudiosos e de jovens evangélicos de hoje. Na sua década, através do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, teve expressão ecumênica maior do que a instituição — a Confederação Evangélica do Brasil — que abrigava essa outra face da missão da Igreja.

Não dou dados nem nomes. Eles estão nos livros e nas teses. Quero apenas lembrar que o movimento Igreja e Sociedade superou de certa forma o nível teológico, ideológico e institucional em que se movia, timidamente, o protestantismo brasileiro. Foi, portanto, um rompimento. O compromisso da fé tinha uma nova referência, criava um vocabulário novo, outra

quo" e que assumiram uma postura serviçal para com dirigentes e grupos dominantes. O entrosamento de setores de uma das igrejas evangélicas com o golpe foi tamanho que pastores e presbíteros foram convidados a freqüentar cursos e ciclos de estudos sobre segurança nacional e desenvolvimento promovidos pela Escola Superior de Guerra (Brasil Presbiteriano, outubro de 1964).

Alianças bem declaradas e até oficiais de igrejas evangélicas surgiram com toda a força, aplaudindo o golpe e os poderes ditatoriais que emergiram.

Como decorrência dele, linhas programáticas da Confederação foram abandonadas. Segundo o diretor do Departamento de Ação Social na época, Jether Pereira Ramalho, "os dirigentes da Confederação avaliaram que os estudos e trabalhos poderiam ser considerados perigosos pelos órgãos de segurança nacional e resolveram, de forma abrupta, terminar com muitas das atividades". Para Jether, "o renegar todo o passado que tanta repercussão causou nos meios evangélico e ecumênico brasileiros indicou forte grau de incoerência e desacreditou a instituição".

Isso sem falar na adoção de métodos repressivos como demissões de funcionários identificados com o compromisso social dos cristãos.

Esse processo levou ao esvaziamento da Confederação e gerou sua estagnação. A entidade perdeu o significado e a relevância, e despiu-se teológica e eclesialmente da proposta que tinha todas as possibilidades de ser um sinal vitalizante da marcha do ecumenismo no Brasil.

O golpe de 64 significou a ruptura de um processo e o esfacelamento de grandes avanços na direção de uma Igreja brasileira voltada para a dignidade de vida

TEMPOS ÁRIDOS

A lacuna que essa nova situação do País provocou foi prolongada. Por trás do "milagre econômico", do "Pra frente, Brasil", do "Ninguém segura este país", a repressão corria solta e tinha por objetivo a inibição do movimento social. Nesse período de exceção, setores da Igreja Católica e de algumas igrejas evangélicas tiveram uma destacada importância porque assumiram a função de um grande guarda-chuva, no qual se abrigavam aquelas pessoas que tiveram seu espaço e trabalho cerceados pelo regime militar e que encontravam na instância religiosa a referência desejada — ou disponível. Esse processo, entretanto, ficou restrito apenas a pouquíssimos setores de algumas igrejas evangélicas, e não representou nenhuma iniciativa conjunta por parte do movimento evangélico nacional.

O processo de abertura política que marcou o início da década de 1980 fez com que, pouco a pouco, organizações da sociedade

---

leitura da Bíblia — e da realidade social na qual vivíamos mais como vítimas do que participantes. O projeto Igreja e Sociedade foi para nós uma forma de inserção na conjuntura nacional e a revelação das contradições do protestantismo e do País, das coisas velhas e novas que se produziam nas igrejas e na cultura brasileira.

Entre as muitas experiências e mediações que constituíam então a nossa busca de unidade interna — e do encontro entre o sagrado e o secular —, quero destacar certa concepção estética que animava aquela aventura de um novo sopro do Espírito, dentro e fora da Igreja. As relações que pouco a pouco se foram consolidando com pessoas e instituições culturais e sociais, naquela década de grande produção social e política, evidenciavam a alienação de nossas formas de expressão — dentro e fora da Igreja.

Na época, talvez não soubéssemos revelar por inteiro esse sentimento da inútil feiúra que marcava — ou escondia — a presença protestante no mundo. Um dos pólos da Conferência do Nordeste foi justamente uma exposição de originais de artistas brasileiros preocupados com o sofrimento do povo — que despertou o interesse da televisão local. Mas eram obras de artistas consagrados: Portinari, Carybé, Goeldi, Vitalino. E na mesa estavam também Gilberto Freyre dizendo que já era tempo de os evangélicos darem ao País uma contribuição cultural que ultrapassasse a expressão normativa e formal das gramáticas da língua portuguesa.

Agora entendemos melhor o desafio? Paul Tillich nos fala da arte — a literatura, a música, a arquitetura, a pintura — como formas de mediação (ou de correlação). E neste sentido a arte, a estética, podem se tornar em objeto da teologia. Assim como projetos sociais e até programas políticos. Não por sua natureza intrínseca, mas pelo que podem representar como sinais.

Para mim, trinta anos depois, a Conferência do Nordeste foi um sinal. Que a nossa lembrança seja mais do que uma homenagem a um tempo que passou — é que no entanto está conosco. Quantos são hoje os desempregados, as prostitutas, os meninos de rua?

Waldo César está vinculado à Igreja Luterana e é responsável pelas relações internacionais do Iser. Foi secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da CEB.

de civil se fossem reorganizando ou sendo criadas. Sindicatos, associações de classe, movimentos de jovens, mulheres, meninos de rua, negros, estudantes, entre outros, começavam a discutir o papel que poderiam ocupar dentro da nova conjuntura do País. No âmbito eclesial, 1982 marcou a criação de uma associação de igrejas — o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) — com o objetivo de reunir fraternalmente algumas igrejas evangélicas, a católica e a ortodoxa para ação comum e testemunho cristão diante do cenário brasileiro. Trata-se de uma proposta ecumênica, que ultrapassa as barreiras confessionais e que busca, no esforço comum, participar de modo responsável das grandes questões que compõem o mosaico social, político, econômico e cultural da Nação.

Se, para muitos, a redemocratização e a abertura política trouxeram a oportunidade de se organizar em movimentos a fim de participar das discussões do que acontecia no País, para outros — viciados na prática autoritária e oportunista dos tempos do golpe — a nova etapa do Brasil serviu para se envolverem em acordos excusos e desabonadores. Foi assim na Assembléia Nacional Constituinte, quando um grupo de deputados evangélicos se deixou seduzir por favores do governo em troca de apoio às suas teses na elaboração da Constituição, por exemplo, cinco anos de mandato para presidente da República e o veto à reforma agrária. Mais do que nunca, o fisiologismo ("É dando que se recebe") passou a fazer parte do discurso e da prática desse grupo. Com essa mentalidade e com a doação de uma verba de Cr$ 108 milhões a fundo perdido, esse grupo "ressuscitou" (junho de 1987) a Confederação Evangélica do Brasil. Isso causou espécie entre cristãos e várias igrejas evangélicas, já que: a) embora saiba-se que desde 1964 até aquele momento, a Confederação vinha diminuindo gradativamente suas atividades, não houve um ato oficial de dissolução; b) nenhuma notícia deu conta da posição oficial de igrejas no sentido de reorganizar a Confederação; c) a nova proposta estava calcada em cima de pessoas e não de uma associação de igrejas; d) e a "nova" Confederação não estava a serviço dos compromissos ecumênicos entre as igrejas evangélicas, mas sim de uma política de apoio ao governo.

Esse quadro resultou na realização de um ato ecumênico de repúdio à ação dos constituintes evangélicos (Rio de Janeiro, agosto de 1987), no qual representantes de diversas igrejas evangélicas assumiram posição frontalmente contrária à reorganização da CEB, e não reconheceram, na iniciativa do grupo, qualquer objetivo de reunir as igrejas em torno de teses verdadeiramente evangélicas.

NOVOS SOPROS DO VENTO

Outra reação trouxe como fruto a criação da Associação Evangélica Brasileira (AEvB). O pastor Caio Fábio d'Araújo Filho, fundador da Visão Nacional de Evangelização (Vinde) e hoje presidente da AEvB, declarava

GARANTINDO A UNIDADE

Darci Dusilek

Esforços tentando estabelecer formas e veículos de cooperação interevangélicos não são coisa nova no Brasil. Sem dúvida alguma o grande momento vivido pela família evangélica brasileira foi a organização da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) que, tendo prestado relevantes serviços ao Reino em solo brasileiro, infelizmente teve dificuldades de prosseguir em seu ministério e agenda com o golpe militar de 1964.

Com o ocaso da CEB outros movimentos em prol da unidade aconteceram, mas de forma localizada e assistemática (encontros de pastores e líderes, grupos de trabalho em locais específicos).

A tentativa de políticos evangélicos de "ressuscitar" a CEB apenas destacou o vazio em que nos encontrávamos nessa área, uma vez que o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) não conseguia a adesão de grupos mais conservadores para a sua proposta.

Foi assim que surgiu a Associação Evangélica Brasileira (AEvB) após muito debate, reflexão e oração. Ela não pretende ser uma substituta natural para a, agora extinta, CEB. Mas tem uma proposta de serviço bem ampla cobrindo desde os temas de Evangelização e Missões, passando pela Diaconia, até o exercício do ministério profético em relação aos problemas enfrentados pela nação. Somente a igreja evangélica no Brasil é que irá permitir-nos ajuizar sobre a sua razão de ser.

Creio que a AEvB veio para ficar. Mas este mesmo fato vai depender da participação de todos, pois a própria gênese da AEvB foi resultado de um trabalho coletivo. Sua efetiva realização como processo histórico somente será legitimada se for, também, resultado de um processo coletivo.

Darci Dusilek é batista, 1º vice-presidente da AEvB e diretor da Visão Mundial.

em 1989: "Nos últimos anos a Igreja Evangélica vem sendo assolada por todo tipo de bombardeio interno e externo. Externamente assistimos aturdidos às denúncias feitas pela imprensa contra os evangélicos na política, na administração dos bens públicos e na prática desastrosa de um tipo de fé que, muitas vezes, oprime mais do que liberta. (...) Em razão de tudo isso, é fundamental que recuperemos a proposta de um evangelho integral" (Carta-convite do Congresso da Vinde, 1989).

Na realidade, se a Associação Evangélica Brasileira nasceu em 1991, sua gestação vem acontecendo há pelo menos dezoito anos, com a realização do Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial, de onde se originou o Pacto de Lausanne — arcabouço teológico e missiológico do movimento evangelical. De lá para cá, uma série de encontros tem marcado o processo de fortalecimento do movimento evangelical (I e II Congressos Latino-Americanos de Evangelização — Clade), mediante pactos e acordos entre os seus integrantes. O Clade III, que vai ser realizado em agosto deste ano, deve confirmar a discussão dos temas defendidos pelo grupo, especialmente a evangelização integral.

A Associação pretende ser o referencial de pessoas e/ou grupos denominacionais, em especial aqueles identificados com o Pacto de Lausanne, ou comunidades autônomas. Reunida em torno de pessoas e líderes evangélicos — característica do movimento evangelical —, a AEvB busca sinalizar à sociedade brasileira referenciais de convenções bíblicas que possuem o grupo de fiéis, as igrejas e as denominações que a compõem.

A meta principal que norteia o trabalho da Associação é a unidade visível da Igreja (leia-se igrejas evangélicas). Segundo Caio Fábio d'Araújo Filho, a entidade é "uma associação de e para evangélicos, desde os grupos históricos mais progressistas aos conservadores e pentecostais, sem nenhuma intenção de transformá-la numa entidade ecumênica que vise o relacionamento formal com expressões cristãs da fé existentes fora do protestantismo".

A história das associações entre evangélicos passa, portanto, pela necessidade de testemunhar a unidade do Corpo de Cristo por meio de esforços e projetos comuns. A bem da verdade, atividades têm sido propostas, alternativas têm surgido. Há, no entanto, que se avançar ainda mais, procurando levar as igrejas evangélicas a se abrirem ao diálogo e ao encontro de outras propostas cristãs que visem o testemunho fiel dos valores do Reino de Deus. E, acima de tudo, "para que todos sejam um".

J. R. Ripper

Coletiva à imprensa (1988): O desagravo aos constituintes evangélicos e à "ressurreição" da CEB mobilizou líderes das diversas confissões

A história das associações entre evangélicos passa, portanto, pela necessidade de testemunhar a unidade do Corpo de Cristo

Magali do Nascimento Cunha é metodista, jornalista e editora do jornal CONTEXTO PASTORAL.
Paulo Roberto Salles Garcia é metodista, jornalista e editor-assistente do jornal CONTEXTO PASTORAL.

UM EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

Relato de Rubem César Fernandes

Nos anos de 1950-1960 se pode falar realmente do pós-Guerra. Esse período foi marcado pela reconstrução do desgaste da Guerra Mundial — reconstrução física das cidades, mobilização das pessoas em torno disso, etc. No final dos anos de 1940 começa a Guerra Fria, a guerra pela guerra. O mundo se organiza em torno de um grande debate sobre o sentido da guerra. Os aliados haviam vencido, e havia, então, a vitória, a experiência progressista, esclarecida, iluminista. Havia a vitória de uma aliança entre o mundo liberal, o mundo social democrata e o mundo comunista. Todos se aliaram na guerra contra o Eixo. No imediato pós-guerra, permanece ainda a continuação dessas alianças no sentido da reconstrução, em que o debate interno se faz em termos tentativos, limitados, não explícitos. Esse período da reconstrução termina por volta de 1948, e os anos de 1950 se iniciam com uma disputa sobre o sentido dessa vitória entre os aliados. Dá-se então a divisão do mundo que deflagra a guerra fria: entre o mundo socialista, tendendo para o comunismo; e o mundo liberal. As duas grandes potências — União Soviética e Estados Unidos — representando, respectivamente, esses pensamentos. O mundo vive essa polaridade pelos anos de 1950, e nos anos de 1960 ela ganha um sentido maior porque é nesse período que se tem a explosão ideológica mais forte dessa divisão, disputa e debate. Os anos de 1960, portanto, são palco de um amplo debate internacional sobre vários pontos. Havia consenso de que a dinâmica do mundo era de progresso — o tema do desenvolvimento surge com toda a força, com a questão de como se desenvolver. A partir dessa dinâmica do desenvolvimento, a polaridade entre Leste e Oeste, socialista e capitalista, liberal e comunista, cresce. Fruto desse debate, surgem lideranças mundiais com grande carisma: Kennedy, Martin Luther King, do lado capitalista liberal, e Nikita Kruschev, do lado socialista, que, superando o mito de Stálin, abria grande esperança de renascimento do ideal socialista. Ele chegou a convencer todo mundo de que na disputa entre os mundos socialista e capitalista, o primeiro estava com maiores chances. O lançamento do satélite Sputnik foi um exemplo disso, pois a União Soviética, tida antes da guerra como atrasada, tomou dianteira no domínio da tecnologia em termos de experiência interplanetária. No Terceiro Mundo houve essa grande perspectiva – vão todos progredir e se desenvolver (a questão é como) –, com a China fazendo opção clara pelo socialismo.

Marie Louise Nery

Havia também uma terceira via, espécie de combinação das duas correntes, com grandes personagens.

Era um mundo muito ideologizado, num debate que parecia claro, num processo histórico que parecia inevitável. A questão era quem levaria a melhor nessa disputa pelo progresso.

Na América Latina, o tema do desenvolvimento é muito forte. No Brasil a era de Juscelino Kubitsckek coloca o País nessa discussão, além de Getúlio Vargas também tê-lo feito. Volta Redonda era sinônimo de progresso, a metalurgia era a grande arte desse mundo. Não somente aqui mas em todo o mundo, a metalurgia era a indústria por excelência e símbolo do futuro. Volta Redonda era a cidade do futuro, bem como outras cidades dos países socialistas. Getúlio Vargas, com Volta Redonda e Petro-

brás, e Juscelino Kubitschek com a indústria automobilística, colocavam o País no caminho do progresso e no debate global.

Nesses anos, eclode também Cuba, que representa a alternativa socialista dentro da América Latina. E Cuba teve um significado enorme porque até então, pela geopolítica, a América Latina era território considerado de domínio dos Estados Unidos. Mais ou menos por razões de natureza e geografia, a América Latina estava condenada a ter uma posição de dependência, e não tinha condições de participar do debate de maneira positiva. Mas a vitória de Cuba na cara do imperialismo, abriu o debate na América Latina e mostrou que a alternativa socialista poderia ser possível lá. O ideário socialista, portanto, ganhou destaque e importância, sobretudo nos meios jovens daquela região, tendo Cuba como símbolo.

No Brasil, a Cuba brasileira era o Nordeste. Essa região simbolizava o lado pobre, explorado, que vive a revolução. O Sul estava no processo do progresso diante dos marcos capitalistas, enquanto que o Nordeste parecia condenado ao atraso. Daí a revolta e o significado da região cresceram, como aquele símbolo da pobreza, injustiça, exploração, e também da esperança — porque é da injustiça que nasce a alternativa socialista. Por exemplo, todo mundo que queria fazer filme progressista no Brasil ia para o Nordeste, porque ele significava o referencial simbólico ideal. E no Nordeste, nessa época, surgiram as Ligas Camponesas com Julião, o que nos fazia mais identificados ainda com Cuba, dado o carisma desse personagem. Daí a realização da Conferência do Nordeste, pela aproximação, dentro do grande debate, com aquele lugar que simbolizava a exploração, a miséria e o atraso dentro do mundo capitalista. Não bastava simplesmente desenvolver, mas se exigiam grandes transformações. A Conferência do Nordeste nos aproximava de Cuba, das Ligas Camponesas, enfim, do imaginário da grande transformação.

Em termos de geração, aquela que fez a guerra, fez a reconstrução e se esgotou por aí. O grande debate ideológico dos anos de 1960 empolgou, sobretudo, a juventude, que entrou de cabeça. Quem fez a guerra, tinha a cabeça mais complicada, mais traumatizada. A juventude, diante das questões claras, é ganha por esse debate com uma intensidade enorme. Em algumas universidades, especialmente no Rio de Janeiro, havia casos em que aqueles jovens mais engajados liam mais, tinham mais a dizer do que os próprios professores, e sobretudo eles liam coisas sobre as quais os professores não tinham domínio. O movimento estudantil implodiu as universidades, pois elas não conseguiam lidar com os alunos. Eram greves atrás de greves, com propostas de reforma da universidade. O movimento estudantil representava um fervilhamento cultural. Nos anos de 1960, há uma obssessão pelo novo, representado com o surgimento da bossa nova, do cinema novo, o jornal Metropolitano (no Rio de Janeiro), os Centros Populares de Cultura (CPCs) do Ministério da Educação, o envolvimento efetivo da juventude nos diversos projetos, etc. Enfim, a juventude ganhava um plano de primeira linha no debate nacional, e fazia uma opção clara, diante das discussões sobre o desenvolvimento, pelo socialismo. A empolgação era tamanha que a juventude achava que poderia mudar o mundo. Havia uma tremenda ingenuidade messiânica nessa juventude, uma falta quase total de conhecimento da complexidade da realidade. Para nós, a história tinha um desenho claro, bastava descobrir como fazer. Não era um messianismo do além, mas um messianismo sociologizado, da história, feito por forças históricas e sociais, que iam transformar o mundo. Essa era a revolução.

Foi nesse contexto que a Igreja foi apanhada quando começou a se interessar pelas ciências sociais. Parece-me que a Igreja foi afetada de maneira similar à sociedade como um todo. A juventude evangélica era a força de engajamento maior dentro da Igreja — o jornal *Mocidade* (juventude presbiteriana), a revista *Cruz de Malta* (juventude metodista), a União Cristã de Estudantes do Brasil (Uceb) — e vanguarda. Os seminários foram permeados por essa efervescência universitária. Enquanto isso, as bases das igrejas, as gerações mais antigas estavam muito assustadas com tudo isso e as bases populares muito por fora de tudo isso. Esse movimento sofria de uma fragilidade básica de um certo isolamento dos meios intelectualizados, do meio universitário ou dos seminários. As igrejas protestantes tiveram uma reação forte porque esse messianismo sociológico tendia ser caracterizado pelo ateísmo, porque eram setores muito pouco religiosos — ou quando eram religiosos, eram católicos. A Igreja protestante vinha de uma história de oposição aos católicos. Daí a necessidade de um duplo esforço: dialogar com católicos e com marxistas. Nós, da juventude evangélica, fazíamos isso. Para a Igreja, de um modo geral, esse tipo de encontro parecia muito arriscado pois ela não estava preparada para isso. O que ela fez foi cortar esse tipo de reação, uma reação conservadora que acompanhou o País inteiro.

Rubem César Fernandes é antropólogo, vinculado ao Instituto de Estudos da Religião (Iser). Nos anos de 1960 integrou a União Cristã de Estudantes do Brasil (Uceb).

PAULO STUART WRIGHT

Paulo Stuart Wright

Depoimento de Jaime Wright

O telefone tocou. "Alô?!" Era a voz mansa e inconfundível de Paulo. "Podemos nos encontrar hoje às 14 horas na Praça da Sé?". "Sim". No esquema combinado, nos encontramos às 15 horas na Praça da República. Eram tempos de ditadura. Clandestinidade. Conversávamos sobre família e, principalmente, teologia.

Nas lembranças de nossa infância, em Santa Catarina, destacamos a ousadia dos nossos pais, ambos missionários norte-americanos. Tiveram a rara intuição de que seus filhos precisavam estudar na convivência diária com outros brasileiros e não numa escola segregada para americanos em São Paulo. Fundaram uma escola nos salões de madeira da Igreja Presbiteriana de Herval, na margem esquerda do Rio do Peixe (Joaçaba está no outro lado do rio).

Lembrávamos também a coragem de "Dona Bela", nossa mãe, que, contrariando a vontade de papai, pegou um trem e viajou até o Rio de Janeiro para buscar recursos para a instalação do primeiro posto de puericultura na região (o posto funciona até hoje).

Exemplos missiológicos assim, fora do seu tempo, contribuíram para torná-lo um leigo cristão irrequieto, inconformado e, sobretudo, corajoso. Estava identificado com os sofrimentos e necessidades do seu povo.

Sua preocupação com a condição dos operários levou-o a trabalhar na construção civil em Los Angeles, nas férias dos seus estudos de pós-graduação. Fundou, nos Estados Unidos, um grupo contrário à discriminação racial. Estava fazendo doutorado em sociologia quando foi convocado para a guerra da Coréia. Fugiu dos Estados Unidos para não perder sua cidadania brasileira. Foi procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, engajaram-se num projeto da Igreja Presbiteriana do Brasil nas fábricas paulistas. Fez-se torneiro mecânico e atuou no bairro operário da Vila Anastácio. Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num hospital do antigo IAPC, quando o filho nasceu desassistido por médicos e enfermeiras. Jurou que iria lutar para que isso não se repetisse na vida de outros operários.

Paulo sempre fez dos seus dias a matéria-prima de suas ações. Voltando a Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o de metalúrgicos. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura. Perdeu por 11 votos. Foi eleito para a Assembléia Legislativa. Denunciou o controle de grupos oligárquicos do Estado sobre a pesca. Organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral catarinense, reunindo-as, em seguida, numa federação (Fecompesca) para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores (o que inspirou Dias Gomes na primeira novela em cores da Globo: "O Bem Amado").

Na véspera do Natal de 1963, sofreu atentado a mando do partido de Adhemar de Barros, mas convenceu o ex-sargento contratado para matá-lo de que tal crime seria contrário aos interesses da sua classe. Tornou-se "bode expiatório" em 1964, quando a Assembléia Legislativa foi pressionada pelo regime militar a cassar alguém "corrupto" e/ou "subversivo". Acabou sendo cassado por "falta de decoro parlamentar" (não usava gravata e paletó quando subia à tribuna...).

Asilou-se no México e voltou um ano depois. Começavam seus dias de atividade subterrânea como líder do movimento Ação Popular, originário dos egressos dos movimentos estudantis cristãos banidos: Juventude Universitária Católica (JUC) e Associação Cristã de Acadêmicos (ACA). Viveu oito anos na clandestinidade. Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi seqüestrado pelo II Exército e levado ao DOI-CODI de São Paulo, onde foi torturado e morto nas primeiras 48 horas do seu cativeiro. Até hoje não se sabe o que fizeram com seus restos mortais.

Ruas em quatro capitais ostentam o nome de Paulo Stuart Wright. Na capital do seu estado, todas as igrejas se fizeram representar na cerimônia de inauguração da rua que passa ao lado da Igreja Metodista, menos a Presbiteriana. Lá, ele tinha sido eleito presbítero. Com o seu ingresso na "política", a igreja de Florianópolis o proibiu de fazer oração e dirigir classe de Escola Dominical. Pelo visto, a anistia ainda não chegou ao presbítero (leigo) que teve a coragem de levar suas convicções cristãs às últimas conseqüências.

Jaime Wright, irmão de Paulo, é secretário-geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), e foi coordenador do Projeto "Brasil: Nunca Mais".

DO *KAIROS* PROTESTANTE: TRÊS DÉCADAS DE CONFERÊNCIA DO NORDESTE

José Bittencourt Filho

Houve um tempo no qual os sonhos de unidade de Erasmo Braga tornaram-se uma realidade palpável. Sob os eflúvios do movimento ecumênico internacioanal, as confederações evangélicas do Cone Sul, e particularmente a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), dispensaram um tratamento especial à temática da responsabilidade social dos cristãos.

Essa responsabilidade social seria — desde a fundação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948, nascido dos escombros da Segunda Guerra — o próprio cerne da unidade visível dos cristãos. Afinal, se as igrejas cristãs foram parte integrante do processo civilizatório que plasmou sociedades bélicas, opulentas, expansionistas e imperialistas, era chegado o momento do arrependimento, da penitência, e da solidariedade concreta com as vítimas daquele processo.

Além dessas motivações mais remotas e globais, o continente latino-americano encontrava-se numa grande efervescência. O fim da guerra, o fim dos regimes populistas no Brasil e Argentina, o surgimento da chamada guerra fria, o desenvolvimentismo, a revolução cubana, foram alguns dos ingredientes que contribuíram para a eclosão de uma consciência crítica, uma expectativa de esquerdização dos regimes, e assim, o amadurecimento de um processo revolucionário.

Vislumbrava-se um novo futuro de independência, autonomia, e de uma prática democrática regida pela lógica das maiorias empobrecidas. A expectativa era tamanha, e as rápidas mudanças sociais pareciam corroborar a cada momento a utopia, que se subestimou a capacidade do Sistema, ao mesmo tempo em que se superestimou o potencial de propostas revolucionárias, assim como de seus protagonistas.

IGREJA E SOCIEDADE

Em 1961, as confederações evangélicas do Cone Sul fundaram em conjunto a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade — mais tarde Igreja e Sociedade na América Latina (Isal) — com a intenção de manter um espaço ecumênico de ação e de reflexão que contemplasse o momento histórico — momento esse horizontalmente atravessado pelos ideais libertários e pelos anseios por mudanças estruturais irreversíveis.

Marie Louise Nery

Nesse espírito o Departamento de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil, desencadeou um processo de consultas e encontros que se desejava fossem capazes de aglutinar as igrejas do Protestantismo de Missão e fazer com que ele aprofundasse raízes na realidade sociocultural brasileira. Pela vez primeira, os evangélicos decidiram elaborar um projeto conjunto de participação efetiva relevante na realidade nacional. Isto, de forma autóctone, ou seja, autônoma em relação às igrejas-mães situadas nos Estados Unidos da América.

Marie Louise Nery

Tal contextualização exigia não só uma participação do laicato e mobilização dos clérigos e das lideranças, mas também a produção de um conhecimento bíblico-teológico que desse conta não só dos novos desafios, como das novas modalidades de ação e participação sociais que adviriam. Nesse empreendimento não se poderia prescindir do concurso das ciências sociais, nem de uma discussão qualificada acerca da problemática cultural.

A questão cultural sempre tinha sido um ponto fraco do evangelismo protestante, em decorrência da identificação apressada efetuada pelas Missões, entre pecado e cultura nativa. Assim sendo, aquela discussão revestia-se de uma importância fundamental, e demonstrava tanto a seriedade como a radicalidade da proposta.

Uma análise mais detida da temática, textos, preletores, e recomendações enunciadas tanto nos encontros preparatórios, quanto na conferência principal, torna clara a pedagogia que orientou esse emprendimento pastoral no período entre 1955 e 1962. Quase uma década de esforços genuinamente educativos e conscientizadores que culminaram no enfrentamento lúcido e corajosodo do "processo revolucionário brasileiro".

O próprio local da Conferência de 1962, não foi escolhido aleatoriamente, nem segundo conveniências operacionais. Recife era o epicentro político do Nordeste; região na qual as injustiças e diferenças sociais atingiam níveis alarmantes, e até por isso converteu-se num pólo de resistência e de organização políticas contra as oligarquias locais e os setores da sociedade política nacional que as secundavam. A escolha do local constituía-se também num símbolo de aproximação do protestantismo da autêntica cultura brasileira, nascida na criatividade do povo em meio à opressão e à pobreza.

CORTAR ASAS DE QUEM VOASSE ALTO

Entrementes, as forças obscuras estavam engendrando seu plano de retomada totalitária do poder, no fito de implantar um novo modelo econômico que introduzisse o Brasil e seus vizinhos na grande internacionalização do Mercado. No interior das instituições eclesiásticas, não faltavam segmentos apreensivos com o que ocorria na Confederação e estavam ansiosas por uma reação que detivesse aqueles vôos temerários!

O golpe militar de 1964 desabou sobre o País, onde as reformas de base, o papel dos sindicatos, a organização camponesa, e a lei de remessa de lucros estavam na ordem do dia. Os setores militares mais reacionários já haviam tentado o golpe anteriormente — como foi o caso da manobra golpista que se travestiu de parlamentarismo após a renúncia de Jânio — mas faltava-lhes coesão interna e respaldo internacional. Com o apoio dos contingentes mais alienados das classes intermediárias, finalmente impôs-se o arbítrio.

Em algumas denominações evangélicas, as burocracias eclesiásticas dirigentes anteciparam-se ao golpe e tomaram medidas discricionárias contra líderes, intelectuais, organizações de juventude e comunidades locais mais combativas. Após o golpe, os dirigentes conservantistas sentiram-se à vontade para deslanchar a repressão e o expurgo. Um dos alvos prioritários, evidentemente, ou mais precisamente, foi o Setor de Estudos e Responsabilidade Social.

Dirigentes da própria CEB, aliados a autoridades eclesiásticas, movidos pela inveja, pelo desrespeito e pela mediocridade, trataram de eliminar até os vestígios do trabalho realizado pelo Setor. O estoque no qual se encontravam as publicações que continham o precioso material reunido durante as conferências, foi invadido, e grande parte do material simplesmente destruído. Nesse episódio policialesco não faltaram agentes do famigerado Deops, que foram à sede da CEB para prender integrantes do Setor, por força de denúncia de um colega (?!) pastor.

ECUMENISMO, A GRANDE VÍTIMA

O medo e a covardia atingiram tamanha magnitude que os funcionários do Setor foram sumariamente demitidos e o clima de censura e repressão

condenou a CEB como um todo a morrer de inanição. A partir daí não se alcançou quorum em assembléia sequer para dissolver a entidade. Portanto, juridicamente, a CEB continuou existindo, e isto ensejou que na década passada, os componentes da "bancada evangélica" (de triste memória) tentassem revitalizá-la de cima para baixo.

Com todos esses fatos, preparou-se o clima que iria impor-se na década seguinte (os anos de 1970), que podemos denominar "idade das trevas" do protestantismo brasileiro. Ao lado do retorno do sectarismo denominacionalista, o expurgo dos intelectuais provocou a decadência do ensino teológico, e abriu espaço para os institutos bíblicos tidos como inter e supradenominacionais. O objetivo último deles era ideologizar e domesticar os jovens vocacionados para o ministério ordenado. A educação religiosa por seu turno, mergulhou no obscurantismo, devido à falta de quadros competentes e à censura tácita aos conteúdos. Os movimentos de juventude foram desbaratados por decretos e perseguições; e o ecumenismo incipiente banido e anatematizado.

Paralelamente, esforços foram dispendidos no sentido de apagar a memória de quase duas décadas de contextualização, e de fato, parece que o Protestantismo de Missão sofreu uma plástica que o tornou irreconhecível após os anos de 1960, sobretudo quando comparado com o que se viveu e se produziu no período entre 1900 e 1964. Os remanescentes tiveram que recorrer ao exílio voluntário, ou acomodar-se ao ostracismo, ou ainda refugiar-se no movimento ecumênico continental. Houve ainda aqueles que se articularam com a fundação de entidades ecumênicas de serviço, por meio das quais passaram a desenvolver ministérios alternativos, com todos os riscos dessa alternativa.

DO REMANESCENTE À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Segundo Paul Tillich, o *kairos* inclui a voz profética de denúncia, que prepara e acompanha a manifestação daquilo que segundo a fé cristã é o centro da história, e uma afirmação da presença do Reino entre os homens. Portanto, no *kairos* a crítica une-se à criação. Após a crise latente desde os anos de 1950, quando o Protestantismo brasileiro surpreendeu-se por não possuir nenhuma proposta inovadora para a sociedade brasileira, parecia, naqueles dias áureos da Conferência do Nordeste, que o Espírito concedia a chance de um novo começo.

Do ponto de vista teológico e bíblico, a Conferência — e suas etapas preparatórias — introduziu inovações e antecipações inusitadas; entre elas a necessidade de uma relação mais estreita entre a teologia e as ciências do social. Com isso lançava-se a semente daquela que mais tarde viria a ser denominada Teologia da Libertação.

No tocante à prática pastoral tentou-se erigir um projeto de unidade cujo eixo fosse o serviço ao próximo e uma práxis solidária. Tudo isso quando a Igreja Romano-Católica ainda fazia as pazes com a modernidade por intermédio do Concílio Vaticano II.

Lamentavelmente tudo não passou de um ensaio, um aperitivo. As forças anti-Reino ganharam a batalha e as denominações, despreparadas para o *kairos*, bateram em retirada face aos poderes demoníacos que se instauraram em várias instâncias. Só alguns anos mais tarde, a Igreja Romana iria reunir condições objetivas para dar uma resposta pastoral condizente ao momento adverso.

Conforme já mencionamos, o remanescente alocou-se no movimento ecumênico e nas entidades, nos planos nacional e continental. É oportuno lembrar que no período de ascenso dos regimes de segurança nacional, o movimento ecumênico

Marie Louise Nery

contribuiu efetiva e decisivamente, na defesa dos direitos humanos, à época, violados com muita freqüência.

O remanescente e seus discípulos ainda hoje vivem na diáspora eclesial, e aqueles que não se perderam, portam a bandeira do ecumenismo com humildade e reverência, mas também com decisão e energia, porquanto os tempos que viveram

Marie Louise Nery

são inesquecíveis, e a responsabilidade maior é transmitir o legado, a começar por aqueles a quem esse passado foi sistematicamente sonegado.

MEMÓRIA SUBVERSIVA

O Espírito de Deus irá providenciar um novo *kairos* para o protestantismo brasileiro? Será possível atenuar ou eliminar os efeitos deletérios da "idade das trevas"? Haverá quem possa congregar as testemunhas daquele *kairos* que perseveraram, mas que se encontram na diáspora? Em meio à atraente proposta do evangelismo massivo, haverá lugar para um protestantismo equilibrado, criterioso, e verdadeiramente ecumênico? Diante da crise das utopias libertárias, será possível a um protestantismo tão flagelado e fragilizado prestar uma contribuição relevante?

Resta o discernimento da fé para se descobrir como o Deus bíblico está atuando em nossa realidade brasileira e latino-americana no tempo presente. O dado fundamental é que nada poderá acontecer sem que esses fatos sejam trazidos de volta às novas gerações de cristãos engajados, para que possam ser analisados e sopesados. Sem a disseminação dessas idéias e práticas pelas quais há trinta anos o protestantismo brasileiro lutou e pagou o preço, nada realmente novo poderá nascer. Afinal, a memória é sempre subversiva.

José Bittencourt Filho é pastor presbiteriano, mestre em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

VOLUME QUE FALTA À HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

Carlos Cunha

Foi violentada, neste nosso Brasil, a história da Igreja. Uma repressão vergonhosa se abateu sobre nós durante quase duas décadas (1964-1978) e tentou fazer cinzas de algumas das páginas mais ricas dessa mesma história. Entretanto, um remanescente fiel clandestino, na clandestinidade preservou documentos que reunimos em 1982 e agora estamos fazendo livro. A própria gênese da Teologia da Libertação está ainda capenga: tem uma perna latino-americana, mas falta-lhe a outra, brasileira.

Essa gama de textos cobre sete anos de uma história que, no País, é arroio (1955), regato (1957), rio (1960), caudal (1962). Neste último estágio se chama Conferência do Nordeste e foi bandeira no lema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro". Nestes dez anos a obra sonhada e necessária sofreu vaivéns pelas crises econômicas, pelas buscas de convênios editoriais. Mas reuniram-se artigos, folhetos, opúsculos, conferências, decisões de grupos de estudo, proclamações, celebrações, recortes da imprensa não-eclesiástica, pesquisas. Por fim, o conjunto tão apaixonante nos exigiu um índice remissivo de conceitos, entidades, pessoas, datas, uma seleção dentre mais de dezesseis mil verbetes a fim de fornecer aos leitores uma contribuição para remontarem o mural da incrível história da Igreja nacional e continental.

Como em toda a história hão de desfilar heróis conhecidos e anônimos, e covardes que, na tormenta de 1964, se agarravam a pedaços de madeira, de uniformes, de canos de fuzis, de cordas e gritavam: "Eu não tenho nada com isso! Foram eles!". Essa história precisa mostrar que estavam enterrados até o pescoço, mas queriam salvar-se da enxurrada suja, negando e acusando companheiros.

Muito mais breve do que pensem, "Cristo e o processo revolucionário brasileiro" estará à disposição. Mais de duas mil laudas de texto, fotos, facsímiles — um caleidoscópio fascinante.

O ANSEIO DE UMA VIRADA QUE 64 TORPEDEOU

William Schisler Filho

CONTEXTO PASTORAL está tendo o mérito de nos acordar. Está salvando em nossa memória coletiva aqueles primeiros momentos do encontro dos evangélicos em busca de sua unidade e missão, bem como seus documentos.

Esta redescoberta do nosso passado nos surpreende e, às vezes, assusta. Surpreende, por nos revelar quão adiantados, em alguns pontos, estavam nossos antecessores. Assusta-nos porque acabamos percebendo que, em muitas formas, estamos hoje aquém dos ideais levantados que eles procuraram concretizar. Haja vista a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) que soçobrou depois de tão bons serviços prestados a suas igrejas-membros.

Hoje uma dezena de siglas se encontram (e às vezes se desencontram) procurando advogar e dar formato a essa unidade perdida.

O ponto da "virada" nesta história de quase um século do protestantismo brasileiro foi, na minha opinião, a Conferência do Nordeste, levada a efeito pelo recém-criado (em 1962) Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da CEB.

Eu participei dessa Conferência, em Recife, como um dos delegados de minha Igreja. Como redator da revista da mocidade metodista, *Cruz de Malta*, eu trazia o entusiasmo quase ingênuo mas muito sincero de um movimento jovem dinâmico que sonhava com um mundo revolucionado por um Cristo que fazia "novas todas as coisas".

O MOMENTO

O Brasil vivia a euforia da interiorização da capital. Essa mudança foi como arrancar a âncora que prendera a nau brasileira à costa do País, saudosa de suas origens e dependências além-mar. Kubitsckek teve a coragem de levantar ferros e fazê-la cruzar em sentido contrário o mar interior de nossas florestas e sertões. Uma onda de nacionalismo e esperança varreu o Brasil. Soltadas as amarras centenárias, toda a mudança parecia então possível: industrialização ao invés de exportação de matéria-prima que fazia a riqueza de outros; reforma agrária para valorizar o homem do campo; alfabetização pelo método Paulo Freire, que devolvia às bases o caminho de sua libertação; a redescoberta do direito a uma imprensa livre, ao debate, a comícios, a partidos, a sindicatos; o velho Nordeste respirando a esperança de deixar o Quarto Mundo com a criação da Sudene; a Amazônia que começa a ser cortada pelas primeiras grandes estradas; e, numa tentativa de independência, o Brasil a equilibrar seus compromissos com os Estados Unidos e com a Europa ocidental: Jânio Quadros condecorando Fidel Castro e João Goulart fazendo uma visita oficial à China comunista.

A palavra "ecumenismo" nessa época limitava-se a um sentido pan-evangélico. Ainda estava por acontecer o Concílio Vaticano II, com suas alvissareiras conseqüências. As igrejas evangélicas históricas, quase todas originárias do espírito missionário do sul dos Estados Unidos, davam uma homogeneidade ao protestantismo brasileiro, e tornavam confortável a sua unidade na Confederação Evangélica do Brasil. As igrejas dentro em poucos anos mais seriam abaladas e até cindidas por uma segunda onda pentecostal que, diferente daquela nascida das Assembléias de Deus e da Congregação Cristã do Brasil, veio de confronto com elas. Da explosão, cada dia se recolhem os estilhaços de uma nova denominação que surge, basta haver um "iluminado" que a constitua.

A liderança da mocidade evangélica tinha seu ponto de contato no Departamento da Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil. Inquietos, os jovens procuravam conciliar o mundo em ebulição a seu redor com sua fé. Lembro uma conferência proferida num congresso de mocidade por Richard Shaull, um dos catalisadores e profetas dessa juventude. Nós da *Cruz de Malta* a publicamos posteriormente dando-lhe o título/chamariz de "A Posição do Cristão é de Esquerda". Shaull nada mais disse senão que, num Brasil ainda dominado por suas elites (direita) o cristão tinha a responsabilidade de corrigir a distorção lutando a favor do pequeno (esquerda) para trazer a sociedade de volta a um equilíbrio dinâmico, somando oportunidades para todos. Nada mais cristão e democrático! Mas não faltou quem começasse a falar na "infiltração do comunismo na Igreja".

A maturidade dos que se haviam formado no movimento da mocidade evangélica — tanto

No momento da Conferência: Waldo César (secretário do Setor de Responsabilidade Social), o bispo Almir dos Santos (presidente da Conferência) e Carlos Cunha (secretário da Conferência)

nas igrejas como nas universidades — e dos que haviam participado da caminhada do Conselho Mundial de Igrejas (fundado em 1948) foi originária do Setor de Responsabilidade Social da Igreja que, com o aval da Confederação Evangélica e com o auxílio do Conselho Mundial, levou a efeito a Conferência do Nordeste cujo tema foi "Cristo e o processo revolucionário brasileiro".

REVOLUÇÃO

A palavra "revolução" da temática da Conferência do Nordeste prestava-se a outras interpretações, fora do contexto que a Conferência lhe quis dar. A revolução cubana, que virara marxista, praticamente se apropriara da palavra e produzia nos cristãos brasileiros um misto de admiração (por seus avanços sociais) e medo (por sua negativa à religião e centralização em um homem).

A tentativa da Conferência do Nordeste foi de devolver ao contexto bíblico essa palavra, mostrando um Deus que faz tremer a terra e "sacode as nações" com sua justiça (Hc 3.6) chama seu povo a ser transformador do mundo (At 17.6).

Mal sabiam as igrejas que uma contra-revolução se armava. A luta do Ocidente contra o expansionismo ideológico do comunismo se acirrou, ganhou aliados no exército e nas elites econômicas brasileiras e estas, a fim de garantir sua visão de Brasil, encontraram motivos no governo pusilânime de João Goulart para destruir uma democracia que recém se firmara após a ditadura Vargas. E impuseram a ditadura militar do Golpe de 1964.

Nunca esquecerei uma "Marcha pela Família e Liberdade" que preparava psicologicamente o povo para o golpe. Milhares de pessoas desfilaram pelas ruas centrais de São Paulo. Uma das maiores faixas proclamava a adesão de uma igreja evangélica da capital paulista notória por ser igreja da alta burguesia. Eram evangélicos ingênuos da direita; tanto quanto os havia da esquerda. A Conferência do Nordeste tentou mostrar *in loco*, no coração do Nordeste, o retrato real do Brasil e dar embasamento bíblico, teológico e sociológico ao posicionamento evangélico. Mas, veio tarde. Quando começava a exercer influência 1964 a torpedeou.

A CONFERÊNCIA

Confesso que minha memória me trai quanto à Conferência em si. A documentação que trouxe de Recife se perdeu em minhas mudanças pastorais. Lembro a vibração por mudanças radicais que dava aos delegados uma visão quase messiânica do futuro. Era a visão de uma "escatologia realizável".

Duas apresentações durante a Conferência me marcaram: as do sociólogo Gilberto Freyre e do economista Celso Furtado. Trabalhávamos os temas da Conferência em grupos, produzíamos avaliações e resoluções. Víamos a Igreja se abrindo para o mundo e sonhamos com uma revolução pacífica (alguns achando que teria que ser mais do que isto) que traria a nosso povo sofrido as oportunidades que lhe faltavam. E nos comprometemos a voltar a nossas igrejas lutando por essas metas.

Os primeiros resultados da Conferência começaram a se sentir logo nas igrejas participantes. Lembro como a *Cruz de Malta* fazia questão de focalizar reportagens que mostravam a forma concreta de cristãos agirem na mudança de situações sociais injustas: um pastor solidário com seus membros ferroviários, sentando-se com eles em greve nos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana; um leigo cristão se identificando com os camponeses do interior de Goiás numa mini-reforma agrária entre irmãos de uma mesma fé; um deputado evangélico em Santa Catarina organizando pescadores espoliados em cooperativas para a comercialização de sua pesca; grupos jovens alfabetizando e evangelizando, construindo casas em favelas e cape-

A tentativa da Conferência do Nordeste foi de mostrar um Deus que faz tremer a terra e "sacode as nações" com sua justiça (Hc 3.6) chama seu povo a ser transformador do mundo (At 17.6)

las para levar a luzir a Palavra de Deus. Outros ingressando em partidos políticos, movimentos comunitários e sindicatos para dar expressão a sua fé e idéias.

Era um esforço por manter um equilíbrio entre o social e o pessoal, entre evangelização na ação comunitária e ação comunitária na evangelização, entre fé e envolvimento. Era a consciência de que não se faz visível o Reino de Deus sem que haja pessoas "nascidas de cima" e que têm o Reino de Deus dentro delas; e que não é possível ter uma "sociedade do Reino" sem "agente do Reino".

Veio então o golpe de 31 de março de 1964. Foi como uma torrente que varreu o Brasil e as igrejas. Prisões, denúncias, torturas, medo... A minha denominação por sua tradição histórica de envolvimento social e de ter naquela época uma ativa Junta Geral de Ação Social foi uma das que melhor resistiu, mas também a que mais sofreu com aprisionamentos e mortes, tanto de leigos como de clérigos.

Nessa avalancha desagregou-se a Confederação Evangélica (marcada pelas posições assumidas em Recife), desmantelaram-se os movimentos jovens nas igrejas, fechou-se por um ano o seminário metodista de Rudge Ramos devido à contestação de seus 85 alunos, exilaram-se no exterior líderes das igrejas que haviam estado socialmente envolvidos. E a luz nascida na Conferência do Nordeste bruxuleou...

Mas não se apagou. É desse período difícil o projeto "Brasil Nunca Mais", iniciativa de um evangélico com cobertura do cardeal arcebispo de São Paulo que rasgaria para sempre o esparadrapo com que os militares procuraram esconder do povo a ferida das torturas. E dentre remanescentes da Conferência do Nordeste surgiriam os líderes para o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

CONSEQÜÊNCIAS

Essa rápida e imperfeita análise e testemunho históricos comporta, creio eu, quatro preocupações com o protestantismo brasileiro hoje, conseqüência das realidades de ontem.

1. Estrutura-se cada vez mais a divisão entre os que advogam a dimensão horizontal do Evangelho, voltado para o ser humano e para o mundo, e os que advogam a dimensão vertical, voltada para o ser humano e a necessidade de sua reconciliação com Deus. Isto atravessa todas as denominações e atinge todos os seus aspectos — inclusive a hinologia. Para os da dimensão horizontal a bandeira se fez Teologia da Libertação.

2. As fontes que alimentam essa divisão vêm de fora do País em termos econômicos, embora a fermentação e a visão seja nossa. Tal suporte financeiro se revela em salários e abundância de recursos para literatura, reuniões e cursos. As igrejas recebem a influência sem se sentirem responsáveis; e os líderes desses movimentos não se sentem responsáveis para com as igrejas, mas para com os que lhes pagam as contas. Em alguns casos são líderes alijados de uma igreja local ou da vida ativa de sua denominação. Os da dimensão horizontal têm influência maior sobre indivíduos insatisfeitos com o *status quo* das igrejas e com o mundo secular que entende a linguagem e testemunho deles. Os da dimensão vertical encontram mais receptividade intra-igreja, pois falam a linguagem tradicional do espírito evangelístico e pietista que produziu a dinâmica do movimento evangélico brasileiro e se exaspera hoje na explosão pentecostal.

3. Trinta anos mudaram o mundo e a Igreja. O mundo viu o suicídio do estado soviético e a derrocada do comunismo como a grande utopia. Ao mesmo tempo as igrejas começaram a descobrir a sua unidade maior com o ingresso do catolicismo romano na corrente ecumênica.

4. Alguém definiu "modernidade" como o processo pelo qual as diferentes esferas da vida em sociedade se tornam autônomas, deixando de ser orientadas por uma sólida visão de mundo e uma espiritualidade unificante. Vejo este perigo nos movimentos que tendem a fazer de uma parte o todo dentro do próprio evangelismo brasileiro deste final de século.

O maior tributo à Conferência do Nordeste neste seu trigésimo aniversário seria uma "Conferência Brasileira" que reintegrasse o horizontal ao vertical, na visão de Deus para a situação concreta do Brasil e dos brasileiros.

Mas a realidade — a triste realidade — é que nesta altura ninguém se considera com autoridade suficientemente ampla e inclusiva para tal convocação. Se um dos muitos grupos aglutinadores tentar, há quem fique de fora.

Se a Conferência do Nordeste foi um marco, parece neste momento difícil repeti-lo.

William Schisler Filho é pastor da Igreja Metodista do Itacorubi, Florianópolis, SC, e diretor do Centro Vivencial para Pessoas Idosas daquela capital.

O QUE HÁ PARA APROFUNDAR O TEMA

LIVROS E DOCUMENTOS

- *Estudos sobre a responsabilidade social da Igreja.*
  Primeira consulta realizada pela Confederação Evangélica do Brasil (São Paulo, 15 a 18 de novembro de 1955).

- *A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil.*
  Segunda Consulta promovida pela Comissão de Igreja e Sociedade da Confederação Evangélica do Brasil (Campinas, fevereiro de 1957).

- *Evolução no Brasil*
  Florestan Fernandes
  Da Terceira Consulta (São Paulo, fevereiro de 1960). Revisão do "Brasil do passado", salientando influência social do "líder religioso".

- *Vocação da Igreja na vocação política de um povo.*
  Richard Shaull
  Da Terceira Consulta. Relação entre o Evangelho e a participação política no Brasil.

- *Participação dos evangélicos na evolução política do Brasil.*
  Waldo A. Cesar
  Estudo preparatório para a Terceira Consulta. Fundamentos para a participação política dos evangélicos.

- *Cristo e o processo revolucionário brasileiro: a Conferência do Nordeste.*
  Volumes: 1 e 2.
  Waldo A. Cesar
  Editora Loqui
  Crônica e as conferências apresentadas na Quarta Consulta da CEB (Recife, 22 a 29 de julho de 1962). Descreve os principais acontecimentos, atas, palestras, recomendações e participantes.

- *De como se interpretaria a conferência do Nordeste,* in: *Cristo e o processo revolucionário brasileiro: volume 1.*
  Almir dos Santos
  Editora Loqui
  Aspectos significativos da Conferência para a história do País e da Igreja.

DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA DO NORDESTE

- *Vida e estrutura atual da Igreja em relação com o seu testemunho na sociedade latino-americana.*
  Richard Shaull
  Aspectos de renovação da igreja e da participação dos cristãos na sociedade.

- *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira.*
  Celso Furtado
  As mudanças sociais no Brasil, destacando o custo social do desenvolvimento.

- *O artista: servo da humanidade.*
  Jacqueline Skiles
  Compreensão da Igreja do papel do artista à emancipação do homem e sua humanização.

- *Ideologia cristã como base para a ação social da Igreja.*
  Joaquim Beato
  Confronta as bases sociológicas e as teológicas para a ação social da Igreja.

- *A forma da Igreja na situação presente.*
  Rubem Alves
  A estrutura da Igreja na situação brasileira dos anos 1950-1960.

- *A renovação da Igreja na história*
  W. A. Visser't Hooft
  A necessidade de renovação das igrejas através da unidade e solidariedade, citando os avanços do ecumenismo.

- *Relatório da viagem ao Nordeste.*
  Carlos Cunha & Almir dos Santos
  Relatório sobre a preparação da Conferência do Nordeste. Contatos com pessoas, grupos e igrejas.

VÍDEO

- *PSW, uma crônica subversiva*
  Verbo Filmes – NTSC/50 min.
  Biografia de Paulo Stuart Wright. Relata sua atuação na vida política e social do Brasil, e culmina com sua prisão e desaparecimento no período da ditadura militar.

Os livros e documentos fazem parte do acervo do setor de documentação do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e estão à disposição para consulta (R. Santo Amaro, 129 — Glória — Rio de Janeiro/RJ — tel.: 021-224-6713).